

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Curso de Administração

A ORIGEM DA MOEDA NA SOCIEDADE MERCANTIL

Gustavo Veiga Ramalho

SÃO PAULO

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Curso de Administração

A ORIGEM DA MOEDA NA SOCIEDADE MERCANTIL

Gustavo Veiga Ramalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um dos pré-requisitos para aprovação no curso de Administração sob orientação do Prof. Dr Eduardo Fernandes Pestana Moreira.

SÃO PAULO

2024

RESUMO

Este trabalho busca descrever a evolução dos conceitos para o entendimento da moeda e os fatores envolvidos para determinar métricas de valor na sociedade mercantil, desde os primórdios do capitalismo comercial até as formas de utilização mais recentes da moeda em suas formas digitais. Passando pelos principais pontos históricos que auxiliaram nesses avanços, como: o padrão ouro como moeda de conversibilidade internacional, pela quebra do padrão ouro, a idealização e posterior implantação do dólar como moeda forte mundial, a adesão do dólar para mercados de negociação de petróleo criando o petrodólar e fortificando a estrutura de mercado composta pela utilização do dólar, pelas crises do início do milênio (2001 e *subprime* em 2008), finalizando com a criação de *Blockchain* e surgimento de criptomoedas como o Bitcoin, a qual pode vir a ser tendência para utilização no mercado nos próximos anos, de acordo com as propostas dispostas pelos ecossistemas *Blockchain*, junto aos avanços na usabilidade de criptomoedas no mercado como conhecemos, compreendendo que esse será o próximo grande salto no setor financeiro/econômico/monetário internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Moeda, padrão ouro, criptomoedas.

ABSTRACT

This work aims to describe the evolution of the concepts for the understanding of currency and the factors involved in determining value metrics for the mercantile society, from the early days of commercial capitalism through to the more recent forms of use of currency in digital formats. Going through the main historical points that assisted those advances, such as the gold standard as an internationally convertible currency, the gold standard collapse, the conception and subsequent implementation of the dollar as a strong world currency, the adherence to the dollar for oil trading markets creating the petrodollar and strengthening the market structure encompassing the use of the dollar, the crises at the beginning of the millennium (2001, and subprime in 2008), ending with the creation of BlockChain and the emergence of cryptocurrencies like Bitcoin, which may become the trend for use in the market within the next few years, according to the proposals provided by BlockChain ecosystems, together with progresses concerning the usability of cryptocurrencies in the market as we know them, understanding that that will be the next great leap in the international financial/economic/monetary sector.

KEY-WORDS: Currency, gold standard, cryptocurrencies.

SUMARIO

1

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	8
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO E SURGIMENTO DO DINHEIRO E DA MOEDA:.....	8
CAPÍTULO 2	24
PERÍODO DO OURO COMO PADRÃO DE PARIDADE MONETÁRIA ATÉ A CRISE DO OURO NOS ANOS 1971.....	24
CAPÍTULO 3	35
INSTABILIDADE MONETÁRIA MUNDIAL NOS ÚLTIMOS 50 ANOS.	35
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por interesse de pesquisa o entendimento da denominação de valor no mercado junto a economia internacional, entendendo a utilização de padrões financeiros e monetários ao longo dos anos para o entendimento social da comercialização de bens e propriedades como vemos hoje em dia, capturando conceitos de diversas fontes acadêmicas e da literatura mundial, condicionando avanços significativos na pesquisa histórica realizada.

Passaremos por tópicos pela contextualização histórica do surgimento do dinheiro e da moeda, de modo a inserir determinados contextos para melhor entendimento da era de hegemonia do ouro como unidade de medida monetária mundial, por fim passando por toda instabilidade monetária mundial nos últimos anos, fim do padrão ouro de conversão internacional e início das negociações em dólares americanos, com a crise do *subprime* de 2008 e o surgimento das criptomoedas para visualização dos caminhos que o mercado tem tomado nos últimos anos, situando os possíveis caminhos da economia mundial para os próximos anos.

Para compreender o que é dinheiro precisamos ter em vista algo tenha um valor real determinado, entendendo que para formulação de tal valor, é necessário a metrificação de esforço exercido para que a utilização de diversos insumos e matérias primas como bens capitais, sejam capazes de se agrupar em um único produto, dentro de certo período de tempo, de forma que certa quantidade de insumos dentro de certa quantidade de tempo de produção, nos forneça uma determinada quantidade produtos finalizados que tenham meio disponível para formulação de propriedade e posterior metrificação valorativa de lucro (como manejar o ferro e a madeira para fazer uma enxada), onde para época em que ainda não existia toda a infraestrutura maquinaria que temos nos tempos atuais, sendo necessário então explorar o trabalho manufaturado, com o governo tomando terras produtivas e forçando fazendeiros e trabalhadores rurais a buscarem trabalhos em fabricas manufaturadas.

Com o crescente avanço dos mercados no cenário internacional era preciso determinar um valor comum de utilização para todos os negociantes, para isso utilizaram o metal mais preciso e escasso da época, o ouro (tido como material de luxo e riqueza por todo seu glamour e dificuldade para localização), onde era manejado para criação de moedas

com o mesmo tamanho e peso, por consequência o mesmo valor, gerando então uma base nas negociações, uma vez que a moeda já teria sua formulação de valor feita de acordo com parâmetros pré-estabelecidos, condicionando que todos comercializassem seus produtos com mais segurança, uma vez que agora existia uma unidade de medida para metrificar seus custos de gerais de produção (insumos, matérias primas e mão de obra) em moedas de ouro.

Porém como todos sabemos, tudo que é bom acaba uma hora, e com o padrão ouro não foi diferente, o qual acabou cedendo a liquidez do mercado, engajando a usabilidade das suas funções de lastro nas conversões de negociações internacionais para a principal moeda que vemos até os tempos atuais mesmo passando por algumas crises, o Dólar. A transição do padrão ouro para a real adesão do Dólar como unidade de medida fixa para conversões monetárias internacionais foi algo relativamente longo, levando alguns anos para que fosse firmado um novo tratado internacional que regulamentasse a usabilidade do Dólar para lastro.

Com o passar dos anos fica cada vez mais evidente a fragilidade sistêmica dos instrumentos monetários utilizados para o bom funcionamento do mercado, o qual é suprido de maneira, um tanto quanto arcaica se pararmos para pensar nos avanços tecnológicos no mercado em geral, mesmo com todos os avanços feitos por todos os bancos internacionais (centrais e privados) com instrumentos como IFRS (*International Financial Reporting Standards*) para apoiar e facilitar nos processos de auditoria e compliance, se faz necessário o pontapé inicial para que seja dado o próximo passo para o setor se desenvolver com qualidade, para que realmente seja contemplada uma revolução tecnológica no âmbito financeiro e econômico, como Bitcoin e criptomoedas desenvolvidas em ecossistemas *BlockChain*.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO E SURGIMENTO DO DINHEIRO E DA MOEDA

Durante a humanidade sempre utilizamos o escambo para troca de mercadorias e bens, o que com o passar dos anos evoluiu para criação de moedas de valor agregado como conhecemos hoje, tendo o entendimento de dinheiro para uso-fruto de bens e propriedades, não apenas condicionando troca por algo semelhante ou com o mesmo valor (com base nas horas de produção envolvidas), mas também a compra e aquisição para o consumo próprio. (HUBERMAN, 2010).

Porém nos tempos atuais para grande parte da sociedade o dinheiro como moeda de troca tem a função social de moeda utilizada para consumo, e não, para finalidade de adquirir mercadorias ou trabalhos, os quais podem repassar com certa vantagem monetária, sendo esse o conceito tido como Capital.

O dinheiro pode ser entendido de duas formas, Capital: onde o dinheiro é empregado para um empreendimento ou transação que almeja lucratividade transformando-se então em Capital. E a Não capital: quando o dinheiro é utilizado para fins de obter bens ou algum proveito sentimental como assistir ao filme no cinema ou ir ao restaurante almoçar.

Sendo a diferença entre comprar para uso (pré-capitalista) e comprar para obter lucros (capitalista), tendo medidas sociais para a quantidade e qualidade das coisas uteis, a diversidade de medidas e de mercadorias, proveniente das diversas naturezas dos objetos a serem medidos por convenção, a fim de delimitar qual a sua melhor utilização.

O dinheiro se torna Capital quando o indivíduo utiliza do dinheiro, com a riqueza a ele implícita, dentro das sociedades em que o modo de produção capitalista aparece e domina com uma “imensa coleção de mercadorias”, tendo como forma elementar a individualização das mercadorias, condicionando que cada ser humano trabalhador ou portador dos frutos do trabalho de outros, poderia ter acesso a sua mercadoria.

A utilidade dos objetos e mercadorias fazem deles um valor de uso, sendo determinado pelas propriedades presentes em seu corpo, como: ferro, trigo, ouro ou diamante (os quais também possuem seus valores de uso ou bem), esse caráter não depende apenas da apropriação de suas propriedades uteis, se elas custam ao homem muito ou pouco trabalho, sendo então a forma em que a sociedade é estruturada, onde as propriedades,

mercadorias, bens de consumo... custam horas de trabalho do homem (o qual pode não ter mais sua própria terra produtiva para obter recursos de subsidio, buscando então um salário). O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzias de relógios, dúzias de peixes, toneladas de ferro, quilos de ouro...

Antes mesmo da idealização e do domínio da sociedade capitalista, o capital era acumulado principalmente através do comercio, representado não apenas pela troca de mercadorias, mas incluindo também conquista, pirataria, saque, exploração. Com isso o controle de mercado começou a ser feito, comprando toda quantidade disponível de determinado produto (arroz e mantimentos básicos) para então, determinar o preço do mercado, podendo ser um preço extremamente abusivo e extorsivo. (HUBERMAN, 1981, p. 163).

Contudo nos tempos atuais, as mercadorias são utilizadas como objeto de necessidade primordial, os quais satisfazem as vontades, desejos e cobiças mais esdrúxulos, através de suas propriedades. As necessidades que não advém orginalmente do estomago e fantasia não deve ser considerada significativa, pois subentendesse que seu desejo é passageiro, não tratando e distinguindo racionalmente a forma como irá satisfazer a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência (como bem de consumo), ou se indiretamente como meio de produção.

“Assim, muito cedo foram lançadas as bases do comercio lucrativo que proporcionou a Europa ocidental a riqueza necessária para a posterior expansão dos métodos capitalistas de produção”.
- John A. Hobson. (HUBERMAN, 1981, p. 163)

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem necessariamente ser uma mercadoria (como terras, água...), quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria.

A utilidade de uma coisa a torna um valor de uso, onde essa utilidade é determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não pode existir sem o mesmo, podendo essa mercadoria ser constituída por: ferro, trigo, ouro, diamante... sendo assim, um valor ou bem de uso.

Quanto mais escasso é um recurso ou um material, mais caro ele será no seu valor final, uma vez que para sua obtenção foi necessário imprimir uma maior força e tempo de trabalho, bem como seu manuseio em todo seu processo produtivo para chegar então ao

seu valor final de bem de uso. Com minas mais ricas o quantum de trabalho representa mais recursos e materiais, aumentando então o seu valor de uso como bem de propriedade rara.

Quanto maior a força produtiva do trabalho, menor será o tempo de trabalho exigido para produção, menor será a massa de trabalho cristalizada, tanto menor será o seu valor. Inversamente quanto menor for a força produtiva do trabalho, maior será o tempo de trabalho exigido para produção, de acordo com sua escassez, maior será o seu valor.

A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza, possuindo um equilíbrio cujo entendimento se dá como o funcionamento de um balanço de brinquedo (quanto maior o peso de um lado, mais alto o outro irá subir).

Cada coisa como ferro ou papel pode ser útil para algo, devendo ser encarada por dois aspectos e/ou pontos de vista, sendo a qualidade e a quantidade envolvida na mercadoria. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser e ter várias utilidades, não estando limitadas apenas ao seu estado natural ou seu estado atual, os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma determinada disciplina própria, a merceologia, ciência a qual tem o enfoque no estudo das técnicas de envolvidas nas compras e vendas, entendendo então o mercado e todo seu funcionamento.

“O capitalista é dono dos meios de produção – edifícios, máquinas, matérias primas etc. compra a força de trabalho. É da associação dessas duas coisas que decorre a produção capitalista.”
(HUBERMAN, 1981, p. 163)

Os trabalhadores para os quais a terra é o meio de produção ocorre também para aqueles cujo meio de produção é a oficina e suas ferramentas, para exercer os seus trabalhos manuais (utilizando matérias primas para manejo e criação de novos objetos, advindos desse material). Enquanto esses trabalhadores puderem utilizar as ferramentas para fabricar artigos que possam ser vendidos por uma quantia suficiente para atender às suas necessidades básicas, não trabalharão para outro, pois tem a sua condição de trabalho provida internamente.

Um homem só trabalha para outro quando é obrigado, caso tenha acesso a uma terra (comercio/empreendimento nos tempos atuais) que possa lhe prover sustento, terá o seu instinto natural para trabalhar com sua própria terra, mas quando o trabalhador é separado

do seu próprio sistema produtivo de renda ele busca seu sustento trabalhando para os outros, o trabalhador com terra tornou-se o trabalhador sem-terra, passando a ir para a indústria trabalhar como assalariado. (HUBERMAN, 1981, p. 167).

A história da criação de uma oferta de trabalho e mão de obra necessária para suprir à produção capitalista deve, portanto, se a história de como os trabalhadores foram privados dos meios de produção, com a perda dos direitos comuns dos trabalhadores para cultivarem uma boa plantação, isso inclui o necessário, prover a manutenção de animais, quando os camponeses perderam esse direito, não se agradaram com as medidas do governo, bem como com os apoiadores, os quais lutavam para usurpar suas terras produtivas.

**As leis prendem o ladrão
Que rouba um ganso aos comuns.
Mas deixa solto o outro
Que rouba a terra do ganso.
Canção representativa da época....**

(HUBERMAN, 2010, p. 131)

O processo precursor para o sistema capitalista não poder ser, senão, o processo que toma ao trabalhador a posse de seus meios de produção, sendo um processo que transformara de um lado, os meios sociais de subsistência e produção no capital, e, do outro lado, os produtos imediatos dos trabalhadores assalariados. O trabalhador produtor imediato só podia dispor de sua pessoa livre, depois de libertado do solo e depois que deixasse de ser escravo ou servo, dependendo de outrem. (HUBERMAN, 1981, p. 168).

Para se tornar um livre vendedor de sua força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde encontre mercado para que o seu valor de uso possa se realizar no uso ou no consumo de outros, porém antes ele precisava livrar-se do regime de corporações e suas regras para aprendizes e jornaleiros, além das restrições dos regulamentos de trabalho.

Esses novos libertos só se tornaram vendedores do próprio trabalho quando se viram destituídos de seus meios de produção e de todas as garantias de vida proporcionadas pela velha organização feudal. (LEO HUBERMAN, 1981, p. 168).

A queda nos preços pagos pelo trabalhador manual nos permite ver a triste história de trabalhadores que não tem poder para ganhar a vida, como um tecelão iria ganhar a vida vendendo seu tear sem que tivesse o seu meio de produção?

Com isso temos filas em frente aos escritórios das fabricas, com diversas pessoas a procura de trabalho, as quais abandonaram os trabalhos manuais para ir ganhar seu misero sustento nos pisos de fabricas, assalariados para não passarem fome, trabalhando e pagando para viver e subsistir. Dessa forma começou a existir a classe trabalhadora, sem propriedades, que sem possibilidade de acumular capital, torna-se essencial para o capitalismo industrial, substituindo assim o feudalismo pelo capitalismo “oficialmente”.

Em uma sociedade que o principal objetivo do trabalho é o lucro, com mão de obra praticamente escrava, sem as mínimas condições de trabalho adequadas, a Igreja tinha que adotar uma linguagem diferente. Dividindo-se em diferentes seitas, mas em todas e em graus variados, o capitalismo interessado nos bens materiais podia encontrar consolo.

“Não devemos impedir as pessoas de serem diligentes e frugais; devemos estimular todos os cristãos a ganhar tudo o que puderem, e a economizar tudo que puderem; ou seja, na realidade, a enriquecer” – Wesley. (HUBERMAN, 1981, p. 174).

Não é de hoje que ouvimos que a invenção das máquinas para fazer o trabalho do homem, porém apenas com a associação da máquina a vapor, foi possível a criação do sistema fabril em grande escala, condicionando todo o desenvolvimento industrial que vemos nos tempos atuais, contendo fabricas com quilômetros de território produtivo.

O aumento de produção foi provocado pelo capital em direção aos grandes lucros, com isso as aberturas de mercados com as terras recém-descobertas, as quais dispunham de recursos para obtenção dos altos lucros almejados, o que justifica o aumento do equilíbrio entre o mercado interno e o mercado externo, sendo o maior responsável pelo aumento de produção interna.

Junto a esse cenário temos os grandes avanços e progressos surpreendentes na agricultura, com a revolução agrícola, onde introdução de algumas iguarias, como nabo e outras raízes alimentícias (até então o trigo era comercializado, em seguida veio o nabo, cevada e o trevo), foram colocadas para comercialização a fim de consumo social na Holanda, o que acabou por ser crucial para esse desenvolvimento.

Com tal revolução em um setor muito importante para o mantimento da sociedade desde aquele tempo como o Agrícola, foi possível melhorar a qualidade das raças, melhorando a “qualidade de vida” do gado e demais animais do pasto, possibilitando uma melhor

comercialização da carne no fim do século XVIII (18), uma vez que um aumento do rebanho e melhores condições para os cuidados necessários, melhores arados de terras, condicionou os avanços vistos na agricultura até os tempos atuais. (HUBERMAN, 1981, p. 179).

Porém, para o grande plano do capitalismo ser consumado com sucesso, se fazia necessário a criação de um movimento que forçasse os trabalhadores a aderirem ao novo método de vida social, com isso o movimento de fechamento de terras teve efeitos terríveis para os pobres, os grandes donos de terras em busca de lucros exorbitantes (fazendo toda e qualquer terra ser uma terra produtiva), fizeram grandes investimentos de capital em suas fazendas, possibilitando um melhor cenário para alimentação de forma mais adequada.

Assim sendo, foi possível que os grandes donos de terras fossem capazes de produzir alimentos não só para consumo próprio (interno dentro da fazenda), mas também, gerou a possibilidade de comercialização das “safras” restantes, e com esse cenário foi possível que futuramente fosse melhorado e otimizado para o processo produtivo que conhecemos, com as revoluções industriais e agrícolas, a produção de mais mercadorias, cada vez com mais velocidade, tornou obsoleto alguns trabalhos manuais que havia até então.

Para os fabricantes era importante que fosse proveitoso a vantagem oriunda da concentração da produção em uma única área, especificamente adequada e condicionada para isso, determinadas áreas focadas em um único nicho ou segmento de plantio/produção, como os polos industriais que conhecemos hoje, ou plantações que crescem da maneira adequada apenas em determinados lugares, com as condições de solo e clima adequadas (devido aos nutrientes envolvidos no bioma), ou como no exemplo mencionado no livro *A história da riqueza do homem*, o algodão em Lancashire. (HUBERMAN, 1981, p. 180).

Os fabricantes e produtores tinham que ter em vista o valor de uso, o qual realiza-se somente no uso ou no consumo, tendo que pensar então em como o público iria consumir e qual público iria consumir (determinados produtos não são vendidos em determinados locais) facilitando o comércio, com os valores de uso constituindo o conteúdo do material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nos

examinada, eles constituem os portadores materiais do valor de troca (o valor de troca vigente da mesma mercadoria expressa algo igual).

O valor de troca trata da relação quantitativa da proporção em que os valores de uso (bens de consumo, não capital) são trocados, contravalores de uso de outra espécie, relação a qual sofre mudanças constantemente no tempo e no espaço, tendo então um valor intrínseco contido na mercadoria em questão (valeur intrinsèque), podendo então, a mesma mercadoria possuir valores múltiplos valores de troca, dentro das diferentes proporções para outras mercadorias e especiarias. Porém, o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma manifestação” de um conteúdo dele distinguível.

Podemos representar esse contexto por uma equação simples, como qualquer boa relação de troca, onde 1 unidade de uma mercadoria vale 2 de outra mercadoria, como por exemplo trocar 1 maço de alface por 2 ovos, cada um tem seu valor de uso contido em sua propriedade, porém o valor de troca para essa negociação é outro, pois entendesse que um material é mais raro, mais escasso, mais difícil de plantar do que o outro (os valores de troca de mercadorias sempre tem uma representatividade, que representa um mais ou um menos valoroso).

As mercadorias têm seu valor de uso conforme se tem uma utilidade sobre elas, conforme suas propriedades corpóreas/físicas permitem, assim como os valores de uso podem ter diferentes qualidades, valores de troca, só podem ser tidos como quantidades diferentes, não contendo então nenhum valor de uso (sendo uma condição favorável para um “investimento” que vise aumentar seu patrimônio/propriedade), onde uma mercadoria que deixa de lado o seu valor de uso tem apenas uma propriedade, que é a condição de serem produto do trabalho humano, tendo assim um valor e não uma qualidade.

O valor de uso é constituído pelos componentes e formas corpóreas envolvidas na propriedade de uso, com o desaparecimento do caráter útil dos produtos do trabalho, desaparecem também o caráter útil dos trabalhos neles representados e suas diferentes formas concretas, reduzindo-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato, tendo então uma dissuasão de seu valor mercantil. Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso, o que há de comum? Que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, o seu valor.

“Uma espécie de mercadoria é tão boa quanto a outra se o seu valor de troca for igual. Pois não existe nenhuma diferença ou distinção entre coisas de valor de troca igual”. – BARBON (MARX, 1996, p. 167).

Temos ainda uma passagem que data de mais de 100 anos, onde em 1830 um magistrado da Inglaterra comunicou ao Ministério do Interior seus planos para acabar com a greve, “as medidas que ponho são simplesmente prender esses homens e mandá-los ao trabalho forçado”, além de um trecho de um livro publicado em 1836, “mais de um milhão de humanos estão realmente morrendo de fome, e esse número aumenta constantemente... é uma nova era na história, que um comercio ativo e prospero seja índice não de melhoramento da situação das classes trabalhadoras, mas sim de sua pobreza e degradação: é a era a que chegou a Grã-Bretanha”. (HUBERMAN, 1981, p. 182).

"Duas nações, entre as quais não há intercâmbio nem simpatia, que ignoram os hábitos ideias e sentimentos uma da outra, como se habitassem zonas diferentes, são alimentadas com comidas diferentes, têm maneiras culturais diferentes, e não são governadas pelas mesmas leis. O Senhor fala de... disse Egremont, hesitante. DOS RICOS E POBRES." (HUBERMAN, 1981, p. 182).

Dessa forma, não obstante, faziam as leis que tinham como intuito o controle e a governança das massas, mandando e desmandando na vida dos pobres trabalhadores, enquanto viviam como reis, colocando em vigor leis com os cunhos extremamente abusivos e vantajosos para uma determinada parcela da sociedade, possibilitando apenas que os ricos ficassem cada vez mais ricos, enquanto os pobres ficavam apenas mais pobres, devido aos desligamentos dos meios de produção.

O que acontecia aos homens de bem, trabalhadores que foram reduzidos ao estado de miséria, de fome absoluta, já não podiam mais lutar contra a máquina, com isso para felicidade dos capitalistas industriais, iriam finalmente buscar empregos nas fabricas, as quais não dispunham de condições adequadas mínimas para que fosse exercido o trabalho que era ali imposto, com grande dificuldades para adaptação a jornadas de trabalho com toda uma disciplina rigorosa mantendo o mesmo ritmo dos movimentos feitos por máquinas, durante 14 horas por dia em temperaturas entre 26° a 29° graus Celsius. Sendo passivos de multas, tais como:

Por deixar a janela aberta	1s
Pode estar sujo	1s
Por se lavar no trabalho	1s

Por consertar o tambor com o gás acesso	2s
Por deixar o gás acesso além do tempo	2s
Por assobiar	1s

(HUBERMAN, 1981, p. 143).

Na época em que os grandes donos de terra representavam tamanho capital que não podiam parar, tinham de manter os trabalhadores trabalhando para sempre... para poder suprir todas suas cobiças, com os capitalistas achando que poderiam fazer tudo como bem entendessem, não distinguindo entre as “mãos” e as máquinas.

Um valor de uso ou bem, possui valor apenas porque nele está objetivado ou materializado do trabalho humano, logo o valor das mercadorias é definido de acordo com a quantidade de trabalho humano que foi utilizada para produção de sua propriedade, podendo aumentar as margens de lucro do produtor, como: produzir uma faca, o metal tem um preço e os materiais a parte também, mas a força com que o ferreiro irá forjar a lâmina que irá definir realmente o seu valor, bem como seu valor de uso. Como medir essa grandeza de valor é a grande questão, para isso é necessário entender a substância constituidora do valor, o trabalho. (QUANTUM).

A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora e dia. Onde o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho exercida durante sua produção, pode parecer então que, quanto mais preguiçoso ou inábil seja o trabalhador, mais valioso será o bem-produzido, pois precisará de mais tempo para terminá-lo. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única, sendo a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais.

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, a medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário (é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho). (MARX, 1996, p. 162)

Nesse aspecto foram importantes as revoluções, industrial e a agrícola, pois com as máquinas sendo capazes de operacionalizar os trabalhos, foi possível otimizar certos processos produtivos, então o que antes demorava 8 horas para ser produzido manualmente, agora tanto manualmente, mas com o apoio de maquinários específicos, pode ser produzido em 4-6 horas talvez. (HUBERMAN, 2010)

Se pararmos para pensar que a princípio os donos de fabricas compravam o trabalho até de orfanatos, essa troca pelo apoio de maquinários específicos pela utilização da mão de obra de crianças pobres (lucro acima de tudo), seria uma saída benevolente, porém, como antes as crianças trabalhavam em casa, com trabalhos domésticos para auxiliar a família, sob a direção e supervisão dos pais, agora, trabalhavam em fabricas, sob direção de um supervisor cobrado pelos donos, os quais estavam ansiosos por lucros provenientes daquele chão de fábrica, como regra, exigiam que até crianças de 9 anos trabalhassem 12 horas e 30 minutos (meia) por dia. (HUBERMAN, 1981, p. 186).

Quais eram as atitudes e os posicionamentos dos ricos perante todo o cenário visto, qual a posição da igreja, com condições predominantes de fabricas, com dias de trabalho de 16 horas... na Bíblia, “os pobres, sempre os tendes convosco”.

Portanto apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contém as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, tem, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias, assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.

“Enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado” (MARX, 1996, p. 169).

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria constante, caso permanecesse constante também o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho (força essa que busca mensurar parâmetros dos trabalhadores, como habilidades e comportamentos), o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica.

A quantidade de trabalho em minas, fornece mais metais em minas ricas do que em minas pobres... como exemplo o ouro, que não é facilmente encontrado e demanda muito esforço, sendo então muito custoso para encontrá-los, custoso em relação as diversidades na questão da mineração e de muita “mão de obra” em tempo e quantidade de trabalho.

O trabalho investido nas coisas não é o mesmo, cada um gera um valor de uso qualitativamente diferente, os quais possuem um consenso diferente, sendo produtos de trabalhos uteis que produzem mercadorias com qualidades diferentes, não podendo ser trocada por outras iguais, pois talvez possa não existir outras iguais, não devemos trocar algo que constitua um valor de uso por outra coisa com o mesmo valor.

"Dar educação as classes trabalhadoras pobres... seria na realidade prejudicial à sua moral e felicidade; aprenderiam a desprezar sua sorte na vida em vez de fazer deles bons servos na agricultura e outros empregos labora a que sua posição na sociedade os destina... Permitir-lhes-ia ler folhetos sediciosos.... e os tornaria insolentes para com seus superiores." - Sr. Giddy. (HUBERMAN, 1981, p. 188).

Em um relatório realizado pelo Dr. P. H. Holland, num subúrbio de Manchester, em 1844. "Quando verificamos ser a da mortalidade quatro vezes maior em algumas ruas do que em outras, e duas vezes, mas grupos de ruas do que em outros, e, ainda, que era invariavelmente maior nas ruas em condições e quase invariavelmente menor nas ruas em boas condições, não podemos dever concluir que multidões de nossos irmãos, centenas de vizinhos próximos, são anualmente destruídos por falta das precauções mais simples". (HUBERMAN, 1981, p. 187).

Com a revolução industrial o crescimento populacional acompanhou o crescimento da indústria, onde em 1801 a população de Manchester era de 35.000 habitantes e em 1841 cresceu para 353.000 habitantes, esse aumento ocorreu em outras cidades inglesas também, como: Leeds 53.000 – 152.000), Birmingham (23.000 – 181.000) e Sheffield (46.000 – 111.000). (HUBERMAN, 1981, p. 187).

Em meio a todo cenário vivenciado o responsável por auxiliar os trabalhadores, a igreja tentava levar consolo e ajuda, principalmente para os membros descontentes da classe trabalhadora, porém se algum dos pobres miseráveis fosse “cabeçudo” o suficiente para acreditar que a pobreza era realmente um prazer. O arqui-diácono tinha outro argumento como “controle”, os pobres tinham inveja dos ricos com sua ociosidade.

"Algumas das necessidades que a pobreza impõe não constituem durezas, mas prazeres. A frugalidade em si é um prazer. É um exercício de atenção e controle que produz contentamento. Este se perde em meio à abundância. Não há prazer em sacar de recursos imensos. Uma vantagem ainda maior que possuem as pessoas em situação inferior é a facilidade com que sustentam seus filhos. Tudo de que o filho de um pobre necessita está encerrado em duas palavras, indústria e inocência." (HUBERMAN, 1981, p.189).

Obviamente quando surgiu um movimento contrário aos ideais impostos, os ricos na Inglaterra não ficaram satisfeitos, considerando que está crescendo “abaixo de suas cabeças”, onde com o passar do tempo, os trabalhadores começaram a desejar um “Melhoramento gradual e progressivo”, prometido por Paley, como o “fruto natural da indústria bem aplicada”, dando a entender que se o trabalhador se aplicasse muito e trabalhasse muito bem um dia talvez seria recompensado por tal atuação.

Mesmo assim, nenhuma posição foi tomada para o movimento ter início efetivo, sendo necessário um incentivo adequado para que os ricos entendessem e concordassem que 14-16 Horas de trabalho por dia era muito, depois de muita conversa e insistência, conseguiram convencer alguns de seus colegas a aprovar uma lei no sentido de limitar a jornada de trabalho na época para 10 Horas por dia. Obviamente houve aqueles que se indignaram com tais decisões, como Gloucester e Dr. Ure. (HUBERMAN, 1981, p. 191).

Chega a ser estranho o grau em que muitas vezes os trabalhadores não percebem, ou apenas não se importam, em ter seu direito natural mais relevante na vida (o fruto para sua subsistência) usurpado com tamanha insolência, a tal ponto de desrespeito, insanidade e insalubridade. A preços tão baixos, salários tão baratos, e uma dificuldade cada vez maior para poder ganhar mais ou menos algo que fosse capaz de suprir a necessidade básica de suas famílias, mesmo olhando por toda volta, tanta pobreza que estremecia qualquer um que ali atravessasse.

“O hábito de citar o que justificasse seus atos, esquecendo o que fosse contrário a eles era útil a classe dominante, sendo desastroso para classe trabalhadora” - Adam Smith. (HUBERMAN, 1981, p.191).

Em 1812 recorreram a leis mais rígidas, onde aprovaram uma lei que tornava passivo de pena de morte a destruição de máquinas, porém, como bem sabemos, a máquina não era

a causa dos problemas dos trabalhadores, mas sim os donos das indústrias, fábricas e maquinários.

Mesmo com algumas leis que pudessem ajudar a avaliar a miséria da classe trabalhadora, os donos cobiçavam lucros máximos a quaisquer custos, mas essas mesmas leis poderiam ser aplicadas de maneiras inteiramente diferentes, do que era aplicado a classe empregadora, dando a entender que os trabalhadores deveriam agradecer aos patrões pelas migalhas que entregavam em troca de sua mão de obra.

Uma generalização mundial que pode ser válida para todos os países capitalistas, fazendo um governo de muitos, ser um governo para poucos, onde a lei fosse feita para o trabalhador fosse feita por trabalhadores, seria para eles. Porém, a lei era um obstáculo elaborado pelo patrão. (HUBERMAN, 1981, p.195).

"O Parlamento não concedia grande coisa aos trabalhadores, mas essas concessões, tal como eram feitas, perdiam todo o valor pela recusa dos magistrados em pôr em prática a legislação prejudicial aos senhores... Os magistrados, em sua maioria, pareciam considerar que, se os patrões não queriam obedecer à lei, nada podiam fazer para obrigá-los a cumpri-la... Como não podiam convencer os patrões a obedecerem à lei, mandavam para a cadeia os homens que tentavam obrigá-los a isso." (HUBERMAN, 1981, p. 194).

A melhor arma para que seja possível travar uma luta por melhores condições de vida, por Stephens, "O cartismo, meus amigos, não é um movimento político que tenha por principal objetivo a conquista do voto para todos. O cartismo: uma questão de sobrevivência: a Carta significa uma boa casa, boa alimentação e bebida, prosperidade e menores dias de trabalho." (HUBERMAN, 1981, p. 196).

Contudo, os sindicatos já não eram novidade na época, tendo seu início com as antigas associações de jornaleiros. Porém, levou muito tempo para que o interesse da classe surgisse e fosse realmente reconhecido o sindicalismo, somente com a revolução industrial foi possível tamanho avanço a passos largos, criando certo sentimento de classe e um meio físico de cooperação e comunicação.

Na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos as leis foram muito duras com os sindicatos, as quais advertiam os operários caso se interessassem em participar das associações, buscando então "jogar com equidade aos direitos naturais". Mas haviam

percebido que divididos eram fracos e unidos eram fortes... Ainda nos anos de 1820-1850, porém mesmo com todas as medidas tomadas contra o movimento sindicalista, tanto legais quanto ilegais, falharam e até os tempos atuais existe o movimento com uma força e tamanho cada vez maiores. (HUBERMAN, 1981, p. 198).

Em palavras de Friedrich Engels, em 1844, durante passagem no livro *A História da Riqueza Humana*, "Se a centralização da população estimula e desenvolve a classe dos proprietários, força também o desenvolvimento dos trabalhadores, ainda mais rapidamente. Os trabalhadores começam a se sentir como uma classe, como um todo; começam a perceber que, embora fracos como indivíduos, formam um poder quando unidos. Sua separação da burguesia, a formação de ideias peculiares aos trabalhadores e correspondentes à sua situação na vida são estimuladas, desperta a consciência da opressão, e eles atingem importância social e política. As grandes cidades são o berço dos movimentos trabalhistas; nelas, os trabalhadores começam a refletir sobre sua condição, e a lutar contra ela; nelas a oposição entre proletariado e burguesia se manifestou inicialmente; delas saíram o sindicalismo, o cartismo e o socialismo." (HUBERMAN, 1981, p. 197).

Adam Smith, em 1776 já colocava que: "Os salários habituais dos trabalhadores dependem em toda parte do contrato usualmente feito entre essas duas partes, cujos interesses não são, de forma alguma, os mesmos. Os trabalhadores desejam conseguir o máximo possível, os patrões dar apenas o mínimo. Os primeiros estão dispostos a se agrupar para elevar os salários do trabalho, os segundos também, mas com o objetivo de reduzir esses salários." (HUBERMAN, 1981, p. 197).

Não é difícil, porém, prever qual das duas partes deve, em todas as ocasiões normais, ter vantagem na disputa... Os patrões, sendo em menor número, podem reunir-se com muito mais facilidade; e a lei, além disso, autoriza, ou pelo menos não proíbe suas associações, ao passo que proíbe a dos trabalhadores. Não temos leis do Parlamento contra uniões para reduzir o preço do trabalho; temos, porém, muitas contra as uniões para elevá-los. (HUBERMAN, 1981, p. 197).

O conhecimento das leis é de suma importância, uma vez que agir na ignorância delas ou sem levá-las em conta pode ter más consequências, formularam uma série de doutrinas que representam "as leis naturais" da economia, as quais poderiam apresentar severas

consequências. Porém o grande problema é que essas mesmas doutrinas atingem também aos mais poderosos grupos da sociedade, onde os homens de negócios estavam atentos as grandes oportunidades, almejando lucros extremos, e com isso ajudando consequentemente ao Estado...

Teorias econômicas eram formuladas para tentar exemplificar as condições da época em questão, com todos os princípios gerais básicos que possuíam, chamadas de “Teorias da Revolução Industrial de Economia Clássica”, onde o bem estar da sociedade está ligado ao do indivíduo, trabalhe para si mesmo e servirá ao bem geral, porém o governo regulamenta os horários e salários dos trabalhadores, isso poderia então ser interpretado como uma interferência na lei natural do ser humano vendedor de capacidade produtiva, sendo então, inútil ou inábil para sociedade.

Ao mesmo tempo que estão se livrando dos fracos e ineficientes, estão seguindo um monopólio, dos capitalistas, os quais buscam sempre lucros, aumentando os preços abusivamente, é também uma violação à lei natural do ser humano vendedor de capacidade produtiva.

Willian Godwin, sogro de Shelley Godwin, em um inquérito acerca da justiça política, escrito em 1793, afirmava que todos os governos eram um mal, mas que o progresso era possível e a humanidade poderia chegar à felicidade pelo uso da razão. (HUBERMAN, 1981, p. 203).

No final de 1600 a DRC – Dojima Rice Exchange surgiu, foi a primeira bolsa de arroz do Japão. Até 1710 as negociações eram realizadas, de fato, com arroz. Depois de 1710 as negociações passaram a ser realizadas utilizando recibos de armazém de arroz, esses recibos eram chamados de cupons de arroz. A Análise Técnica surgiu no século XVIII, quando Munehisa Homma herdou os negócios da família após a morte de seu pai. Como a família de Homma possuía uma enorme propriedade de cultivo de arroz, as informações do mercado de arroz eram comumente disponíveis a ele. Além disso, Homma mantinha registros anuais das condições climáticas e das negociações de arroz, ele também elaborou um sistema de comunicação utilizando homens segurando bandeiras posicionados no topo de montanhas (NISON, 2001).

Durante algumas passagens históricas vemos que os humanos sempre foram capazes de mensurar e quantificar suas necessidades, colocando valores intrínsecos as mercadorias e

comercializando-as, materializando determinado valor de uso ou de troca (capital, visando obter algo a mais com aquilo futuramente).

CAPÍTULO 2: PERÍODO DO OURO COMO PADRÃO DE PARIDADE MONETÁRIA ATÉ A CRISE DO OURO NOS ANOS 1971.

O padrão ouro como instituição legal teve origem dentro do parlamento inglês nos anos 1819, com a elaboração da *Resumption Act* (Lei exigindo que o Bank of England reassumisse sua prática cambial de trocar notas por ouro, 4 anos após as guerras napoleônicas), com grande destaque internacional Londres passou a performar no comércio internacional e posteriormente com o desenvolvimento acelerado das instituições financeiras, tornando-se então o centro do Sistema Monetário Internacional tendo como base o padrão ouro. (Yamashita, 2010)

Tanto o ouro quanto a prata e outros minérios foram utilizados por séculos como principal meio de viabilizar trocas no dia a dia de diversos povos, bem como na relação entre os reinos/feudos.

Os dois metais serviam como um bem tão precioso para a economia dos reinos, que muitos impunham leis que proibiam a saída de ouro e prata. O objetivo de cada reino e/ou Estado-nação, colonialista ou não, era contrair cada vez mais metais preciosos para se fortalecer vis a vis outros reinos e/ou Estados nações.

O surgimento da crença social de riqueza e valor na propriedade do ouro como dinheiro data de 700 A.C, onde durante o Império Romano, mercadores líbios utilizaram tal função, conseqüentemente prosseguiu em uso na Grécia Antiga.

Para entendermos melhor o início do padrão ouro precisamos entender como as instituições monetárias surgiram, paralelamente as comercializações e trocas de mercadorias, iguarias e materiais insumos tidas dentro do entendimento do mercado, com a possibilidade de emissão de notas físicas / impressas para suprir a demanda necessária para efetivar as comercializações, dessa forma se faz necessário a composição de um banco central, o qual possibilita determinada descentralização monetária do ouro, possibilitando a comercialização em moedas internas, da mesma forma que com o ouro.

Com isso foi preciso que fosse criada uma instituição que centralizasse e metrificasse todas as “negociações” ou trocas feitas de maneira imparcial para que controlasse, de determinada forma, as comercializações feitas, acompanhando as movimentações e

gerando então um preço em comum a ser pago por cada unidade de cada insumo, material ou mercadoria tida no “hall de opções” da época.

Durante muitos séculos os reinos Europeus tinham seu dinheiro valorado em sua posse/propriedade de metais preciosos como ouro e prata, mantidos fisicamente nas moedas geradas pelos governos, por meio dessa fabricação era possível que os reis intervissem na economia real, inserindo ou retirando esses metais de circulação, mantendo então o controle econômico interno, alterando o valor de sua moeda em circulação.

O entendimento da compreensão do ouro como uma mercadoria de uso está voltado diretamente a disseminação e aderência do sistema-mundo capitalista dentro do período das navegações e do colonialismo europeu. (WALLERTEIN, 1979).

De acordo com a relevância do ouro na geopolítica e geoeconômica, acompanhou-se uma relação direta com as expansões territoriais dos grandes impérios e potências que visavam manter suas reservas em ouro, mesmo que para determinada expansão fossem necessárias guerras entre povos e/ou nações. Ao longo da história o metal justificava todas e quaisquer atrocidades praticadas pelas potências hegemônicas que estavam à procura desses metais preciosos, como os genocídios promovidos durante o colonialismo nas Américas e na África. (WANDERLEY, 2015).

Para que um sistema monetário internacional seja minimamente funcional é necessário que os fluxos do comércio e dos investimentos internacionais maximizem e conduzam uma distribuição adequadamente cotada de maneira equitativa, de acordo com os proventos de todas as comercializações ocorridas entre todas as nações do mundo que tenham aderido ao sistema monetário internacional, visando determinado equilíbrio nas políticas econômicas internas de cada um, com índices de desemprego e de custo de vida baixos, com bons acordos de comercialização internacional.

A consolidação dos metais preciosos em escala mundial como determinação de valor só foi possível em decorrência as expedições executas nas américas, as quais eram condicionadas pela expansão da mineração nas colônias, em especial no Peru, México e Brasil., onde durante os 100 anos do ciclo do ouro (1690-1790) teve o posto de maior produtor/minerador de ouro do mundo, tal mérito só foi possível com as minas mais ricas

e pouco exploradas em larga escala pelos locais, com isso quem chegasse poderia pegar e fazer o que bem entendesse... e assim foi.

No Brasil a principal fonte era Minas Gerais, a qual abastecia toda demanda dos Ingleses, os quais tinham o intuito de expandir a circulação dos metais em seus territórios, implementando então o ouro como a principal forma de regulação dos valores nas comercializações feitas em todos os mercados e pontos de troca, até então a prata era a moeda utilizada nas comercializações, mas isso mudou perto do fim do século XVII (17), onde o ouro conseguiu se posicionar como bem e valor de uso capital para toda economia capitalista mundial, esse cenário era ditado pelo polo econômico mais forte, onde na época do século XIX (19) o britânico.

Para alguns povos pré-colombianos da América do Sul, o metal tinha caráter religioso, pois representava o Deus Sol.
(GREEN, 2007. APUD Wanderley 2015, p. 6.)

Dentro de minas, lagos, pedreiras, diversos âmbitos para garimpos que visão a captação dos minérios, é possível ver o cenário da exploração dos trabalhadores, onde na época não possuíam tantos maquinários para auxiliar e facilitar a mineração, mas mesmo assim precisavam trabalhar para conquistar condições mínimas de subsistência, sendo então o ponto de entendimento perfeito para observar com clareza e lucidez a face pobre da riqueza do ouro.

A mineração, e em especial o garimpo, se reproduz mais facilmente em condições de carências e precariedades sociais. Nestes contextos, os subempregos, os conflitos sociais, os riscos de morte, os impactos ambientais e as mazelas sociais tendem a ser mais facilmente aceitos em nome da possibilidade de enriquecimento rápido ou do desenvolvimento regional decorrente da extração mineral. (WANDERLEY, 2015. p. 7).

Para Sherman, o padrão ouro partia de dois pressupostos: (E. Gold investment, p. 242 – apud Antonio Roberto Albuquerque – 1995)

- i. A unidade monetária de um país seria definida em relação ao ouro e, portanto, o papel moeda desse país seria nele conversível (as autoridades monetárias de um país comprariam e venderiam ouro por preço fixo, vinculado a sua própria moeda).

- ii. Os países participantes eram obrigados a permitir a livre importação e exportação de ouro.

O lastro da moeda de um país é determinado pelos ativos tidos nas suas reservas internacionais, onde o principal padrão de riqueza tida na época era o ouro, com isso o lastro monetário da época era feito com o ouro.

No padrão ouro se faz necessário que todos os países aderentes relacionem suas moedas lastreadas no ouro, com todas suas reservas internacionais sendo constituídas de ouro, condicionando a melhor interação cambial monetária durante as negociações e comercializações feitas a âmbito internacional, facilitando as importações e exportações pelas fronteiras, resultando em taxas de câmbio fixas entre todas as moedas, tendo então a paridade monetária, podendo então, ser cotada/metrificada/quantificada acima ou abaixo da paridade determinada de acordo com os pontos ou onças de ouro.

O ouro teve 3 grandes períodos que devem ser ressaltados:

- i. O padrão-ouro clássico, ocorrido entre 1870-1913, possuindo uma estabilidade cambial que pode ser relativa dependendo das circunstâncias e intensificação no comércio internacional.
- ii. O período entre 1914 a 1931, com todo período da primeira guerra e instabilidade por suspensão e posteriormente tentativa de reconstrução do sistema monetário com o padrão-ouro como paridade, onde realmente entrou em colapso em 1931.
- iii. O período entre 1931 a 1944, marcado por intensa instabilidade cambial e abandono do laissez-faire.

Futuramente a utilização direta da libra para substituir o ouro nas comercializações, deixando o ouro de "lado", sendo responsável apenas para lastrear as reservas nacionais dos países nos mercados internacionais, assegurando o valor da sua moeda de acordo com a quantidade de ouro tida nas suas reservas, criando então o padrão ouro-libra.

Devido a toda simetria implícita para o funcionamento do padrão ouro, todos os países acabam sendo "iguais", mesmo que um tenha um aporte Bilionário enquanto outros Milionário... nenhuma instituição governamental de nenhum país poderá se posicionar privilegiadamente frente aos outros, uma vez que todas as moedas respondem as taxas fixas inerentes ao uso do ouro como valoração de paridade para o lastro cambial.

Figura 1: Taxas de crescimento anual do PIB em %

Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto em %

Países	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973
EUA	4,2	4,2	2,8	3,9
Grã-Bretanha	2,0	1,9	1,3	3,0
Alemanha	2,0	2,8	1,3	6,0
França	1,3	1,6	1,1	5,2
Itália	-	1,5	1,4	5,6
Japão	0,3	2,5	2,2	9,2

Fonte: Maddison (1989).

Fonte: Maddison, (1989)

Enquanto um país está gastando suas reservas e da mesma forma observa sua moeda começar a se desvalorizar devido as baixas ofertas, outros estão acumulando reservas e expandindo suas unidades monetárias, tento na valoração e valorização, quanto na quantidade em posse / custodia.

Para adquirir e conquistar mais metais, os governos tentavam aumentar a produção primária mineral, concedendo privilégios especiais aos mineiros, mestres e operários para trabalharem livremente nas minas, sem pagar impostos e sem qualquer intervenção dos funcionários da coroa. Ou então, usurpavam os recursos minerais das colônias por meio de transações comerciais desiguais, na troca de produtos manufaturados por metais preciosos, ou simplesmente pela ação de piratas saqueadores (HUBERMAN, 1936, APUD WANDERLEY, 2015).

Da mesma forma que o conceito microeconômico - *Coeteris Paribus* determina, no mercado temos toda sua volatilidade, porém para que seja firmada uma posição realmente solida, precisa estar atrelada a algo extremamente confiável, algo solido, sendo a paridade mais forte e com menor chance de quebra, minimizando riscos assim, essas “mercadorias” mais seguras seriam a nossa variável fixa, enquanto as demais apresentam maior volatilidade e risco.

Vale ter em vista que o ouro é um material que pode ser entendido pelas duas maneiras de determinar o valor capital de material e matéria prima. O ouro pode ser tanto um bem de uso não capital quanto capital, isso é, serve tanto para suprir desejos e necessidades momentâneas enquanto tem seu valor de uso determinado como não capital, porém sua

propriedade intrínseca permite que sua matéria seja utilizada como um valor de uso capital, condicionando todo um sistema monetário internacional lastreado nesse valor materializado em um minério, aferindo determinada confiança enquanto elemento definidor de valor. É interessante a atenção de diversos grupos sociais em diversas partes do mundo ao ouro.

É ali onde se realiza o dito popular de que “**quem toca no ouro, nunca enriquece**”.
(WANDERLEY, 2015 – p. 7)

Durante a segunda metade do século XIX, tivemos grandes momentos de intensidade no comércio internacional, o que contribuiu significativamente para disseminação do padrão ouro.

Figura 2: Ano de adoção do padrão ouro

ANO DE ADOÇÃO DO PADRÃO OURO POR DIVERSOS PAÍSES

PAÍS	ANO
GRÃ-BRETANHA	1816
ALEMANHA	1871
SUÉCIA, NORUEGA E DINAMARCA	1873
FRANÇA, BÉLGICA, SUÍÇA, ITÁLIA E GRÉCIA	1874
HOLANDA	1875
URUGUAI	1876
ESTADOS UNIDOS	1879
ÁUSTRIA	1892
CHILE	1895
JAPÃO	1897
RÚSSIA	1898
REPÚBLICA DOMINICANA	1901
PANAMÁ	1904
MÉXICO	1905

Fonte: Suma Econômica - Ouro. 1989. p. 125.

Fonte: Suma Econômica – Ouro. (1989. p. 125)

Para David Hume todo o mecanismo envolvido no fluxo do preço em espécie, porém com os efeitos dos fluxos do ouro sobre a oferta dentro do padrão monetário de cada país, e não compensando esses fluxos, tal mecanismo só era possível pois todos os países ofertavam suas moedas em papéis lastreadas em ouro, entendendo que os países com superávits em seus balanços de pagamentos teriam determinada expansão monetária, pois suas entradas em ouro representavam maior posse de ouro nos bancos centrais, conseqüentemente um aumento dos passivos monetários. Enquanto inversamente, quando os balanços apresentam déficits nas entradas e saídas de ouro, sofreriam certa contração monetária, com os passivos monetários dos bancos centrais diminuindo conforme fossem vendendo esse ouro. (YAMASHITA, 2010)

O funcionamento de determinado mecanismo implica que certos países não teriam condições para aderir as políticas monetárias necessárias para alcançar medidas padrões estáveis na economia local, como: pleno emprego e inflação zero. De modo que esses cenários não seriam capazes sem que fosse feita uma forte interferência no equilíbrio do sistema, enquanto outros países que possuíam superávit não se importavam com a redução dos influxos de ouro no sistema, o que por consequência implicaria em medidas mais rígidas no sistema, as quais seriam impostas com mais rigor aos países com menores reservas... significando então que a riqueza do ouro sempre esteve e sempre estará imposta sob a regra de fatores inversos, onde a produção da pobreza seria tida para os países deficitários devido as medidas dos superavitários.

Durante os períodos entre as duas guerras mundiais o padrão ouro teve sua utilização no âmbito internacional como valor principal para lastro suspensa, o que afetou a economia rapidamente com o endividamento internacional crescendo de forma descontrolada, por consequência das reparações históricas impostas pelo Tratado de Versalhes aos países envolvidos, em especial aos da Europa Central (Alemanha), com altas taxas de inflação e taxas de câmbio com alta volatilidade entre os anos 1919 e 1924.

Em 1920 a Conferência de Bruxelas foi realizada, abrindo um debate para que fosse retomado o lastro do ouro nas conversibilidades monetárias, o qual passou o entendimento de que seria mais adequado que fossem criados Bancos Centrais, para que controlassem os alertas e riscos que viriam a surgir caso reassumissem o padrão ouro.

“O retorno efetivo ao estalão ouro ou o seu estabelecimento necessitaria, em inúmeros casos, de uma deflação séria e o certo é que uma deflação nessas condições, se fosse tentada, deveria efetuar-se progressivamente e com grande prudência.” (Art. IX, seção I. APUD: NIVEAU, 1969, p. 285 – YAMASHITA, 2010 p. 13-14).

A intensificação do comércio internacional, na segunda metade do século XIX, contribuiu para a disseminação do padrão-ouro, que funcionou relativamente bem até 1913 até onde os Ingleses conseguiram garantir a hegemonia britânica com a estabilidade da libra, o que gerou forte descentralização financeira, uma vez que Londres era o centro financeiro mais importante da época, com tal descentralização veio a instabilidade monetária, junto ao favoritismo norte-americano, o qual não tinha renome financeiro e o dólar não era internacionalizado, por volta de 1920 passaram a emprestar dinheiro para os países europeus, com isso mantiveram suas economias vivas porém desvalorizadas, com moedas

como Franco e a Libra, que passaram a não ser mais a forte hegemonia que eram até então.

A oferta de ouro mais escassa implicaria em preços mais retraídos no mercado, principalmente no setor produtivo, junto aos preços baixos surgiam os rumores para protestos contrários ao padrão ouro, porém mesmo com toda negatividade imposta a conferência, foi sugerida a criação de uma nova organização internacional dentro dos seguintes termos:

“Dever-se-ia fundar um organismo internacional que ficasse a disposição dos Estados desejosos de recorrer ao crédito a fim de pagar suas importações essenciais. Os Estados depositariam os créditos que estivessem dispostos a oferecer como garantia para a obtenção do crédito, e entender-se-iam com a organização internacional para estabelecer as condições de gestão desses créditos.” (S. D. N., Brussels Financial Conference, dezembro de 1922, vol I, p.227. APUD: Niveau, 1969, p. 285)

Uma proposta com os mesmos princípios foi retomada por Keynes, em 1944, mas suas ideias jamais foram aplicadas. Coube à Bruxelas iniciar o debate para a Conferência de Gênova, em 1922, em busca do restabelecimento da conversibilidade (NIVEAU, 1969. p. 285).

A Grã-Bretanha propôs a restauração do padrão-ouro com o objetivo de diminuir a pressão sobre o metal, interferindo para que os países não adotassem o padrão-ouro puro. Nesse SMI tanto o ouro como as moedas conversíveis ao metal, foram utilizadas como reservas internacionais, no chamado padrão-ouro câmbio. Foi uma tentativa de se controlar as fortes oscilações cambiais, pois a quantidade de ouro poderia ser insuficiente para atender a demanda pelo metal. (YAMASHITA, 2010).

O SMI pode ser definido como o conjunto de normas e instituições sob as quais são realizadas as transações no balanço de pagamentos. Quatro elementos são essenciais para sua existência: 1) uma moeda internacional, 2) arranjos institucionais, 3) mecanismos no qual a distribuição de moeda pode ser ajustada pelo balanço de pagamentos e 4) um poder central, controlador dos arranjos institucionais (SOLOMON, 1976).

Tanto a Grã-Breteanha quanto os Estados Unidos da América sofreram com a forte contração do mercado, para os britânicos em especial, a forte recessão decorreu das medidas tidas para retomada do padrão ouro, porém o fizeram com a mesma cotação da taxa de câmbio referente ao período pré-guerra, não discernindo o fato de que a guerra

gerou forte inflação decorrida da redução de estoques e reservas de moedas, mesmo assim retornaram a utilização do padrão ouro em 1925, com a libra no mesmo padrão de 1913, colaborando para perda de posições competitivas no mercado. Enquanto os EUA adotaram medidas que visavam uma melhor cooperação visando a restauração do padrão ouro britânico, mantendo as taxas de juros baixas entre 1924-1928.

No entanto, os elevados custos do retorno da conversibilidade, as altas taxas de juros na Alemanha e a decisão da França em converter seus saldos de moeda estrangeira em ouro, agravavam a situação da libra a instabilidade do SMI. Desde 1928, quando aprovada por lei, a França efetuava o acerto dos superávits em seu balanço de pagamentos em ouro e não em libras ou outras moedas, levando a um deslocamento de capital de curto prazo de Londres a Paris e Nova York (EICHENGREEN, 2000, p.119, APUD – YAMASHITA, 2010, p. 15).

Em 1944, perto do fim da segunda guerra mundial acontecia a Conferência de Bretton Woods, onde 44 países estavam presentes para formulação de um acordo que estabelece determinado regime de câmbio fixo ajustável, possibilitando melhor controle dos capitais, possuindo o Dólar como moeda internacional, tendo seu lastro fixado no ouro em \$35.00 dólares a onça de ouro a qual é constituída por 28,3495 gramas de ouro.

Em 1922, a maioria dos países ocidentais abandonou o uso do metal em transações domésticas e resguardando-o para uso em transações internacionais (GOVETT, 1982 APUD WANDERLEY, 2015, p. 13).

Dentro do cenário exposto em Bretton Woods os Estados Unidos da América se apresentaram como a fonte de viabilidade para reconstrução econômica do mundo após os períodos das duas guerras mundiais, onde os metais tiveram seu período de instabilidade e interrupção como meio primordial de paridade, possibilitando então que o Dólar formasse então uma forte e prospera economia em escala mundial, sendo reconhecido por baixos índices de desemprego, boas taxas de juros e sistema industrial a todo vapor, ficando conhecida como época de ouro do século XX, onde teve sua hegemonia constituída entre os anos de 1944-1971.

Durante a década de 1960 os Estados Unidos da América tiveram uma forte redução nas reservas de ouro, causada em grande parte pelos países europeus que estavam convertendo/realizando/liquidando seus dólares em onças de ouro, colocando em xeque

a estabilidade proposta com o tratado de Bretton Woods, expondo assim o cenário de duplo papel paradoxal do Dólar.

A moeda norte-americana atuou na geração de liquidez internacional e como reserva internacional, criando o chamado dilema de Triffin (YAMASHITA, 2010, p. 3)

Triffin observava, desde 1947, o papel paradoxal do dólar, conhecido como dilema de Triffin. Ao atuar na geração de liquidez internacional, houve um aumento no passivo monetário do Federal Reserve, colocando em risco a conversibilidade à taxa fixada em US\$35,00, a onça do ouro. Para qualquer sistema monetário baseado em uma moeda nacional, a provisão de liquidez internacional depende de contínuos déficits no balanço de pagamentos do país emissor, comprometendo a credibilidade do sistema (TRIFFIN, 1968).

Desde o final da década de 50 (1958-1959) diversos países da Europa aderiram suas a conversibilidade em Dólar como a principal paridade monetária frente as suas moedas, possibilitando então que os passivos externos dos Estados Unidos da América excedessem a quantidade disponível de ouro com valor equivalente ao demandado pelo mercado em suas reservas do Fort Knox, conforme os países trocavam seus dólares por ouro a especulação contraria ao Dólar tomava força.

O Fort Knox passou a sofrer muito com a instabilidade econômica no sistema e começou a sofrer com as conversões feitas para realizar os dólares em onças de ouro... Bretton Woods foi forte e funcionou adequadamente até o momento que não foi capaz de suportar mais a força do mercado querendo realizar a conversão pretendida, Dólar-Ouro, expondo a fragilidade do duplo papel se contrapondo a moeda determinada como internacional, partindo da realidade demonstrada em constantes déficits nos balanços de pagamentos, resultando na inconsistência entre a proporção de passivos com a reserva norte-americana, Serrano e Frieden ressaltam que o então presidente Richard Nixon poderia ter mantido a conversibilidade por mais tempo, dando a entender que poderiam não querer que o sistema Bretton Woods fosse para frente.

Os passivos externos norte-americanos, que somavam US\$3 bilhões em 1949, passaram para US\$11 bilhões em 1960 e US\$18 bilhões em 1967 (KILSZTAJN, 1989, p. 92).

Em 1959 houve uma corrida especulativa contra o dólar, levando a uma redução de 10% nas reservas de ouro norte-americanas, que diminuíram de US\$26 bilhões em 1949, para

US\$17,8 bilhões em 1960 e US\$11,1 bilhões em 1970. Nos últimos anos do Sistema de Bretton Woods, houve uma nova corrida contra o dólar. Em 1969, 46 países converteram suas reservas de dólares em ouro, em 1970 foram 60 países e em 1971, 12 países (SCAMMELL, 1977, APUD YAMASHITA, 2010, p. 37).

CAPÍTULO 3: INSTABILIDADE MONETÁRIA MUNDIAL NOS ÚLTIMOS 50 ANOS.

Nos últimos 50 anos o mundo passou por grandes períodos de transformação em âmbito mundial, algumas boas outras nem tanto, os avanços industriais e posteriormente tecnológicos possibilitaram uma expansão e ascensão realmente significativa para o sistema monetário/financeiro e para o capitalismo.

Com os Estados Unidos da América dispendo fortes posicionamentos com certa hostilidade econômica para o mundo comercial durante o ano de o final da década de 60 e início de década de 70, em especial em 1971 com o presidente Richard Nixon, colocando em xeque o sistema monetário internacional elaborado pós-período de guerras, forçando aberturas de mercados estrangeiros as exportações em toda América.

Os investimentos internacionais são vistos com bons olhos, transmitindo segurança para o investidor, como ouro e dólar, os quais são instrumentos de retenção de valor em períodos de crise e instabilidade no mercado e na economia de modo geral, enquanto o dólar se valoriza, as moedas de outros países estão se desvalorizando e perdendo poder de compra e valor de mercado devido à forte inflação e instabilidade política interna, isso faz com que investidores internacionais reduzam seus investimentos em ouro e incrementem seus investimentos em dólar, agindo como uma função inversa.

Até então com a crise da década de 70 foi um momento de suma importância para alteração do contexto norte americano, tendo sua mudança de estratégia geopolítica e das políticas econômicas internacionais, onde em 1973 o governo abandonou o sistema de paridade cambiais de Bretton Woods, possibilitando a consolidação da posição do dólar na década de 80 e 90, com as políticas monetárias dos Estados Unidos da América nesse período de desregulamentação dos mercados financeiros foi possível o surgimento de um novo sistema monetário internacional, o dólar flexível, o qual não possui bases metálicas, sendo lastreado apenas pela condição de poder dos Estados Unidos da América, bem como seus títulos de dívidas públicas, atingindo escalas de economia mundial jamais vistas na humanidade, por meio de ajustes unilaterais nos valores cambiais da própria moeda, passando a arbitrar então o valor de suas dívidas.

Com todo o cenário econômico internacional e de inconsistência financeira mundial se fazia necessário o entender o porquê de ainda utilizar o dólar como moeda principal, foi

então que banqueiros firmaram o Tratado de Jeddah em 1974, tratado esse que celebrava o acordo entre os Estados Unidos da América e a Arábia Saudita em conjunto com os Emirados Árabes Unidos, para que todos os barris de petróleo fossem negociados em dólar, uma vez que teriam apoio militar do governo norte americano, assim toda a demanda do comercio internacional mais importante em critério de matéria prima e commodities, era ofertado em dólar, o que assegura o lastro da moeda.

Por volta de 1979 a desordem econômica era imensa e precisava ser controlada e corrigida de forma adequada, assim o Federal Reserve deliberou um choque de juros para conter a instabilidade.
(BELLUZZO, 2005)

De certa forma uma vez que as comercializações feitas estão utilizando dólar, o comerciante/vendedor está fazendo sua receita em dólar, a qual terá que ser convertida para outras moedas futuramente, dessa forma se assegura o valor de uso do dólar como moeda cambial internacional, tomando assim a posição prioritária no sistema econômico.

O lastro do dólar no petróleo é determinado pelas reservas em dólares dos ofertantes, uma vez que o verdadeiro valor Capital é o do petróleo, onde certo valor em equivalência a quantidade de petróleo negociada/vendida é ofertada no mercado para suprir as demandas internacionais das mais variadas categorias englobadas na utilização do petróleo, dentre as commodities, é a com maior valor e poder energético em utilização para fins gerais, muitas coisas que nem imaginamos acabam contendo determinada composição de variação e manipulação das propriedades voláteis da sua composição, produtos como: plásticos em geral, chicletes, chinelos, pneus, asfalto, gasolina, diesel... etc.

Se tudo utiliza petróleo, e se todo petróleo deve ser negociado em dólar, o dólar fica com certa especulação, uma vez que a base de cotação utilizada passa a ser o petróleo, assim, cada vez será mais utilizado para novas mercadorias e produtos, além de manter a operação atual com eficiência.

Quanto mais negociações feitas e vendas de barris de petróleo realizadas em dólar, mais o dólar tende a se valoriza, pois quanto mais é utilizado, maior será seu valor agregado para poder entregar segurança e estabilidade frente as inconsistências econômicas internacionais, assegurando o valor da moeda nela mesmo e em seu valor de uso.

Com o crescimento da hegemonia do dólar foi necessário que alguns controles e acordos fossem feitos para gerir o controle econômico da moeda, acordos como o Plaza (1985), visava articular a desvalorização ordenada do dólar, e o Louvre (1987), responsável pela contenção de excessos nas negociações e vendas em dólar, de modo a tentar estabilizar a taxa de câmbio.

Esses acordos foram firmados pelos grupos de países tidos como desenvolvidos, intitulados como G-5 e posteriormente G-7, sendo os responsáveis por coordenar as boas práticas nas negociações internacionais, ditando as regras do mercado.

Em Outubro de 1987, ocorreu o crash da bolsa de New York, após o firmamentos dos acordos, demonstrando que as intenções foram cumpridas, posteriormente condicionando rápida recuperação para amparar o mercado, com toda recuperação de acordo com as políticas monetárias ministradas pelo Federal Reserve, causando uma forte recessão no final da década de 80 e meados de 90, em conjunto as crises vivenciadas no Sistema Monetário Europeu e na economia Japonesa por anos seguidos.

No final do milênio começaram a idealizar e a criar o Euro como moeda de circulação principal na Europa, assegurada pela União Europeia com a idealização do projeto visando a implementação de um Banco Central Europeu para que fosse emitida uma moeda que fosse capaz de fortificar as posições entre os Bancos Centrais dos países pelo mundo, o Euro entrou em circulação em 1 de janeiro de 2002, com cerca de 11 países europeus que acreditaram no projeto de unificação econômica e não governamental.

No final dos anos 1990, a moeda americana voltou a ganhar força, o que permitiu a lassidão da política monetária de Alan Greenspan, fonte da interação virtuosa entre expansão do crédito, valorização de ativos (efeito-riqueza) e expansão do gasto privado em consumo e investimento.
(BELLUZZO, 2005)

Com tais condições foi possível ter um avanço considerável e acelerado para um crescimento potencial, acompanhado da geração de um superávit fiscal (condicionado pela reforma tributária de Bill Clinton) e de uma rápida e forte alta no déficit em conta corrente.

No decorrer da década de 90 os avanços na infraestrutura militar foi se consolidando cada vez mais como necessidade de segurança e integridade para os Estados Unidos da América, devido ao extenso período de guerras enfrentadas, como as duas grandes

guerras, guerra fria, guerra do golfo, guerra do Vietnã e demais conflitos bélicos... com tal comprometimento na construção de uma infraestrutura militar a nível mundial em todos os âmbitos, Naval, Aéreo e Espacial.

Durante os períodos finais da Guerra Fria e posteriormente com seu termino e encerramento da União Soviética, muitos países passaram a aderir os projetos de globalização monetária liberal dos Estados Unidos da América e ideias políticas do chamado Consenso de Washington, porém com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 os rumos da internacionalização do dólar mudaram, com a política externa tendo sua prioridade alterada de importância econômica e estabilidade monetária para o combate contra o terrorismo.

Com as taxas de juros mundiais elevadas os Estados Unidos da América e a União Europeia passaram a ter uma forte instabilidade socioeconômica, expandindo cada vez mais as dívidas públicas, enquanto as moedas estão supervalorizadas, em especial o dólar, passando assim a perder certa posição valorativa, onde não estão mais em posição de credores para o mercado internacional e sim na posição devedora, possibilitando então que diversos bancos internacionais se beneficiassem, com todo peso e reputação de tal dívida foi possível sustentar os princípios do dólar enquanto a sua internacionalização era capaz de impulsionar todo mercado financeiro e de capitais.

As relações de interdependência das economias mundiais tornam algumas questões muito arriscadas para sustentar a ampliação de déficits públicos em conta corrente norte-americana, com isso para que países interessados em acumular reservas e adquirir títulos, com foco nas alterações das taxas de câmbio e variações nos valores da moeda envolvida em relação ao dólar.

A consolidação do dólar como moeda de reserva internacional é de suma importância para soberania de infraestrutura monetária do mercado garantindo as grandes expansões nas distribuições das indústrias e de serviços, permitindo políticas de crédito e de custos públicos, de modo a sustentar as altas taxas da demanda nominal, provocando conseqüentemente uma elevação do déficit em conta corrente, com fortes demandas internacionais.

Onde nos anos seguintes a economia norte-americana sofreu grande impacto com a crise do *Subprime* que se iniciou no final de 2007, devido a perdas nos financiamentos de

imóveis dos Estados Unidos da América, gerando ameaças e riscos significativos, deixando a situação grave para saúde financeira dos principais bancos de investimentos.

Figura 3: Perdas anunciadas no *Subprime*

Perdas Anunciadas com a Crise do <i>Subprime</i> (Em US\$ Bilhões)		
	BAIXAS CONTÁBEIS	APORTES DE CAPITAL
Wachovia Corporation	96,7	11,0
Citigroup	68,1	74,0
Merrill Lynch	58,1	29,9
Washington Mutual	45,6	12,1
UBS	44,2	32,2
HSBC	27,4	5,1
Bank of America	27,4	55,7
JPMorgan Chase	20,5	44,7
Wells Fargo & Company	17,7	30,8
Morgan Stanley	15,7	24,6
Lehman Brothers	13,8	13,0
IKB Deutsche	13,8	11,3
Royal Bank of Scotland	13,6	57,0
Deutsche Bank	9,7	5,9
Credit Suisse	10,0	3,0
Outros	275,3	236,0
Total	660,9	635,3

(Fonte: Bloomberg - Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p. 129-159, dez. 2008)

Perdas realmente significativas foram registradas com essa crise, deixando alguns dos principais bancos do mundo até então em situações inusitadas enquanto operavam seus fundos de investimentos imobiliários e hipotecários, uma falência em especial que foi significativa na crise foi a falência do Banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, constituindo o momento de maior impacto na crise, demonstrando a fragilidade sistêmica, acarretando em paralisações das negociações interbancárias e posteriormente em alta desconfiança.

Vários eventos que se seguiram à crise do *subprime* levaram os investidores a acreditar que o risco de crédito poderia ser maior e mais difundido do que se pensa va anteriormente. A liquidez foi reduzida significativamente e as taxas de risco (spreads) aumentaram.

Ben Bernank, 2007, APUD - REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, v.15, n.30, p. 129-159, dez. 2008

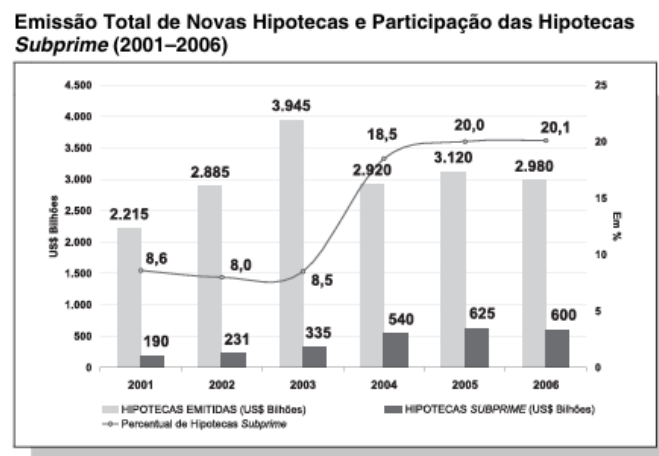
Com toda instabilidade e incerteza frente ao risco dos endividamentos hipotecários, tendo em vista que em determinados cenários, certas pessoas chegam a fazer mais de uma hipoteca em seu imóvel, oferecendo-o para mais de um banco como garantia de

empréstimos, aumentando os riscos eminentes aos bancos no nas execuções de ressarcimentos de pagamentos, transformando o cenário de falência para bancos renomados em uma realidade possível,

Uma vez que um indivíduo deve ser executado em mais de uma hipoteca, os bancos executores e tomadores das dívidas vão ter certos problemas para se entenderem para receber seus pagamentos para quitação das dívidas, com isso, diversos imóveis foram para leilão, onde foram arrematados pelas mais diversas categorias de compradores, como: empresas, pessoas comuns, investidores internacionais... deixando assim, um cenário catastrófico para economia norte-americana e forte instabilidade internacional, permitindo que o Euro posicionar de forma mais diversificada.

Alguns dos fatores mais importantes que surgem como principal ponto de transformação de cenário bancário frente a crise de crédito, de algo que seja capaz de ser sustentado, para uma crise de proporções catastróficas para todo sistema financeiro, bancário, monetário e econômico, eclodindo a fonte de sustentação de negociações no mercado em suas principais esferas administrativas, uma vez que durante uma crise dessa magnitude todos esses fatores podem ser afetados.

Figura 4: Emissão de novas hipotecas até o *Subprime*



(Fonte: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p. 129-159, dez. 2008).

Durante as contrações de créditos hipotecários o tomador de risco está sujeito de que o tomador de crédito seja capaz de quitar sua dívida, porém quando o pagador dos créditos tomados cedidos pelo banco não é capaz de pagar sua dívida bancaria com mais de um banco, nenhum dos bancos irá conseguir uma quitação completa da dívida, onde com toda

instabilidade socioeconômica na época gerou fortes liquidações em posições de credores nos fundos de investimentos hipotecários dos bancos, de forma que em determinado momento o recurso monetário em reserva bancária não era mais capaz de suprir toda demanda de liquidação desejada no mercado devido aos riscos eminentes, tornando assim a falência um cenário real para grandes bancos que possuíam diversos clientes que não foram capazes de quitar os empréstimos feitos, deixando o banco sem recurso viável para pagar todos os títulos emitidos, não sendo capaz de assegurar os riscos hipotecários envolvidos nos endividamentos.

De certo modo quando um indivíduo procura uma instituição bancária para oferecer suas propriedades como garantia de pagamento para um empréstimo, o banco precisa dispor de recursos para o cliente, para isso é necessário que algo ou alguém empreste dinheiro para o banco, isso é, um indivíduo possui dinheiro e quer guardar ou investir, procurando então uma instituição bancária, quando ele entrega seu dinheiro para o banco, o banco pega esse recurso e empresta para o indivíduo que precisa de um empréstimo.

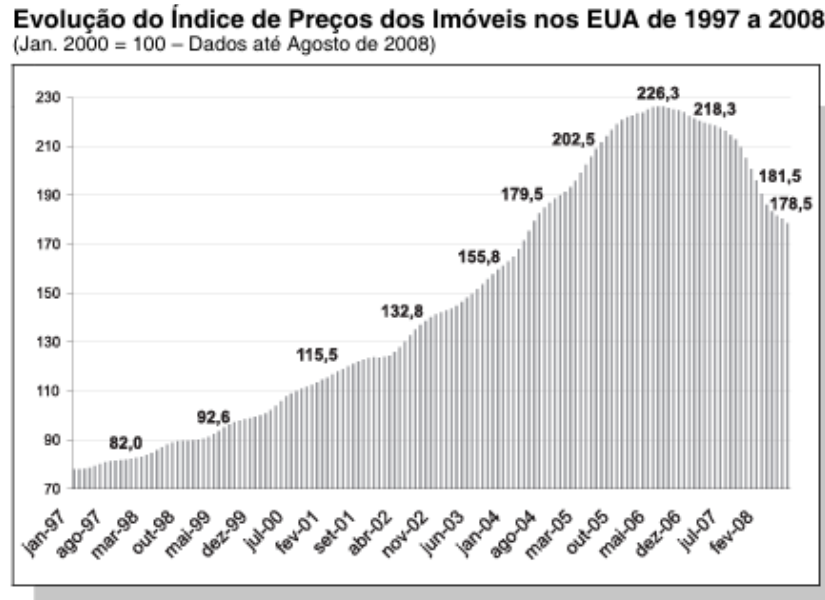
Nesse momento o recurso monetário disposto em circulação em mercado pela instituição bancária é dobrado, uma vez que ambos os indivíduos acreditam possuir a propriedade dos recursos, uma vez que o banco acredita ser capaz de suprir a demanda de risco inerente ao caso para ambas as partes, pois ele assegura o pagamento para o seu credor através de créditos cedidos para os devedores e pagadores recorrentes... porém quando a maioria dos clientes devedores bancários não quitam suas dívidas e o banco gerencia muito risco e incerteza alguns de seus credores não aceitam tanto risco e desejam realizar o seu poder monetário, assim o banco terá recurso em reserva para suprir essa demanda temporariamente, de acordo com a quantidade de credores com perfil de risco mais conservador.

As incertezas sobre a efetiva situação dos balanços dessas instituições levaram a um congelamento dos mercados interbancários, expresso em spreads extremamente elevados.
Revista de Economia Política, v. 29, n.1 (113), p. 135, jan-mar/2009.

O cenário interno vivenciado no sistema bancário dos Estados Unidos da América em 2008 foi repleto de endividamentos sem capacidade de liquidação, sendo uma realidade para diversos bancos, os quais não foram capazes de suprir as demandas dos riscos e acabaram por sucumbir à falência, deixando a posição norte-americana comprometida, com seu povo endividado e sem capacidade de poder de compra, seus bancos entrando

em falência e suas empresas perdendo a segurança de mercado com as fortes taxas de juros arbitradas.

Figura 5: Evolução do preço dos imóveis até o *Subprime*



(Fonte: S&P/Case-Shiller Home Price Índices - Revista do BNDES, Rio de Janeiro, 2008).

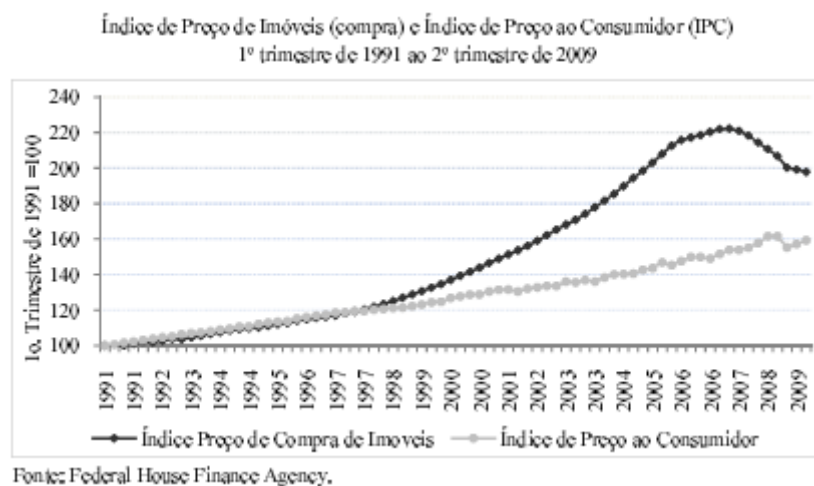
Para compreender adequadamente a crise financeira, o primeiro passo é reconhecer que as crises desta natureza são recorrentes e não choques eventuais. A instabilidade financeira emerge como um resultado de mercado numa economia sofisticada financeiramente frente às incertezas com relação aos compromissos futuros (Minsky, 1982, APUD Olívia Bullio, Carlos Eduardo Carvalho, A atuação do FED antes e depois do estouro da bolha imobiliária, p. 335).

O mercado desenvolve determinadas fragilidades conforme os negociantes envolvidos buscam lucros por meio da inovação financeira, de modo a elevar a liquidez na economia global, com estruturas vulneráveis que muitas vezes não suportam toda capacidade do mercado com um sistema desregulado, condicionando uma forte instabilidade e aumento do risco inerente as possibilidades de inadimplência, tendo um possível início quando se inicia o processo de liquidação com uma depreciação controlada no preço dos ativos na tentativa de honrar os compromissos com a negociação feita em mercado.

Se pararmos para observar a relação entre a queda no índice de preços dos imóveis dos e o índice de preço do consumidor dos Estados Unidos da América, entre 1991-2009,

podemos ver que o preço do consumo não caiu de forma tão considerável como o preço dos imóveis, de modo que o poder de compra não foi alterado em todo mercado de forma abrupta, tornando assim a aquisição de imóveis algo interessante para muitos investidores.

Figura 6: Evolução dos Índices de preço de imóveis e de consumo



(Fonte: Federal House Finance Agency. - Economia e Sociedade, Campinas, 2011).

Dentro de uma forte crise de crédito clássica, o entendimento dos potenciais riscos e o equilíbrio entre suas distribuições já deveria ser de conhecimento, correspondendo a todos os empréstimos dispostos com níveis baixos de retorno sobre suas garantias, tendo em vista que nas conjecturas dos sistemas financeiros os derivativos de crédito e os produtos lastreados nos títulos de dívidas hipotecárias.

Após a brutal queda das ações de alta tecnologia, as inovações no financiamento imobiliário permitiram a inflação de ativos com expansão dos investimentos e sustentação da renda agregada na economia americana ao mesmo tempo em que se garantia a estabilidade de preços.
(BULLIO, 2011)

Para converter a situação foi necessária uma forte movimentação de políticas monetárias e públicas para gerar mais empregos e voltar a circular altas quantidades monetárias capazes de suprir as estruturas financeiras adequadamente, equilibrando os balanços de pagamentos da economia como um todo, sendo entendido como todo o sistema financeiro e bancário.

Quando pensamos em restabelecer a estabilidade financeira e equilíbrio monetário, temos que pensar que sempre deve ter um órgão de conselho com diversas instituições que

possam agregar na discussão de uma resolução, apoiando nas decisões de concessão e organização de empréstimos de liquidez com certa regulamentação, visando manter o controle do mercado interno e conter o descontrole dos preços.

Assim a preocupação primordial para o FED era fortalecer o processo de recuperação o quanto antes para os mercados financeiros, principalmente após os cenários de crise de 2001-2002 e posterior guerra do Iraque, assegurando toda desregulamentação e ampla mobilidade para as negociações no mercado, junto a políticas socioeconômicas para diminuir o desemprego, desafogando o mercado, possibilitando voltar a circulação e fluxo econômico adequado.

Conforme o processo deflacionário dos imóveis e residências for reconquistando seu equilíbrio estável, determinando o fim da queda dos preços, os fundos de financiamentos imobiliários podem sair da retração e voltar a respirar, assim, enquanto a deflação não tiver fim, os financiamentos não podem subir pois seus preços são incertos para o mercado.

De forma geral existem duas grandes lições importantes a serem ressaltadas sobre a crise imobiliária, as políticas regulatórias utilizadas baseadas na Basileia I e II, precisava ser reformulada, ponderando a capacidade de auto regulação do mercado, assim, os mecanismos utilizados para securitização dos créditos hipotecários concedidos poderiam ter níveis de alavancagem mais estáveis e posteriormente um sistema financeiro mais saudável e com menos riscos eminentes, com todos os órgãos e instrumentos de supervisão e regulação ajustados para tais atuações sistêmicas. Na sequência, certamente as intervenções do Estado na economia, gerando impactos no funcionamento do mercado e das instituições financeiras que nele atuam, sendo necessária a reformulação de uma arquitetura financeira e monetária em âmbito internacional, como a de Bretton Woods, visando então padrões mercantis internacionais a serem seguidos por todos os países aderentes a nova estrutura, de fomo a repaginar a infraestrutura financeira mundial.

Greenspan (2008), em artigo publicado no The Wall Street Journal (14.8.2008), afirma que os preços das residências começarão a se estabilizar em algum momento do primeiro semestre de 2009, ressaltando que: “A estabilização dos preços dos imóveis (...) é importante não apenas para os donos das casas, mas é condição necessária para um fim à atual crise financeira mundial.” Corroborando essa previsão, há estimativas apontando

que os preços dos imóveis ainda estão, em média, cerca de 14% acima de seus valores de equilíbrio [Klyuev (2008)]. Nesse sentido, a crise ainda está longe de seu final. (RODRIGUES, 2008).

Nos últimos 15 anos um grande movimento digital de moedas descentralizadas vem conquistando grandes proporções e tomando sua posição no mercado internacional, justamente por precaver situações inflacionárias dessa magnitude, devido as características da sua rede dados, intitulada como *BlockChain* (em tradução livre blocos acorrentados) a qual é responsável por assegurar transferências de informações digitais de maneira segura e íntegra, possibilitando visão para todos os usuários da rede sobre todas as transações, de modo que não seja possível ajustar ou alterar registros, sendo então, mais preciso e menos corruptível.

O primeiro *BlockChain* desenvolvido foi o Bitcoin, desenvolvido em 2009 por Satoshi Nakamoto (nome fictício), o qual não tem uma imagem pública divulgada e nem informações muitas informações além de algumas trocas de e-mails com envolvidos em desenvolvimento de criptografia, o *BlockChain* é como uma espécie de bloco de informações, onde esse bloco possui diversos sub-blocos acorrentados uns aos outros, cada bloco novo deve ser minerado/resolvido utilizando computadores com processadores potentes, garantindo transações seguras que não dependa de uma autoridade monetária, financeira ou política centralizada para assegurar as transferências.

O Bitcoin inaugurou o universo das criptomoedas e com o decorrer dos anos foi se consolidando e demonstrando não só sua viabilidade, como sua importância sistêmica, sendo considerado por muitos como a "internet do dinheiro" ou até mesmo "Ouro Digital", pois seu desenvolvimento guarda semelhanças com o surgimento da internet e seu sistema monetário tem o conceito de escassez do minério Ouro.

O plano Keynes visava sobretudo eliminar o papel perturbador exercido pelo ouro enquanto último ativo de reserva do sistema, instrumento universal da preferência pela liquidez. Buscava, portanto, uma distribuição mais equitativa do ajustamento dos desequilíbrios de balanço de pagamento entre deficitários e superavitários. Isto significava, na verdade — dentro das condicionalidades estabelecidas — facilitar o crédito aos países deficitários e penalizar os países superavitários. O propósito de Keynes era evitar os ajustamentos deflacionários e manter as economias na trajetória do pleno-

emprego. Ele imaginava que o controle de capitais deveria ser “uma característica permanente da nova ordem econômica mundial”. (BELLUZZO, 2005)

O grande e principal fator do Bitcoin é de que a moeda é deflacionária, isso é, existe uma quantidade fechada de Bitcoins já produzidos (21 milhões) assim, em função inversa, quando tem inflação a maioria dos governos emite mais dinheiro... já aqui isso não é possível, onde para o sistema *BlockChain* distribuir moedas intituladas como Bitcoin, é necessário que problemas reais sejam resolvidos dentro dos sub-blocos que necessitam ser minerados, para que então seja possível concluir o sub-bloco e ir para o próximo, lembrando que todas as informações presentes no ecossistema sempre estão em todos os sub-blocos, todos os registros de transações feitas durante a mineração de um sub-bloco estão presentes no ecossistema, com seu registro dentro desse sub-bloco totalmente encripto-grafado e quando o mesmo é minerado as informações presentes nele são transferidas para o próximo sub-bloco a ser minerado, assim, a informação será cada vez mais encripto-grafada dentro do ecossistema contínuo que funciona através da utilização de diversos servidores alocados ao redor do mundo, onde para manter a sua subsistência em períodos de caos mundial, precisaria de apenas um computador funcionando ainda.

Sendo capaz de oferecer segurança, escassez programada e descentralização, permitindo transações diretas entre pares (P2P/PvP), sem a necessidade de intermediários. É uma inovação com potencial para transformar o sistema financeiro e é importante compreender seu funcionamento para que seja possível utilizá-lo em locais além do mercado financeiro, tendo uma possibilidade muito forte de utilização em eleições governamentais, uma vez que todos os registros feitos são irreversíveis e imutáveis sistemicamente, assegurando e garantindo o voto do eleitor de fato, sendo a maneira mais adequada e segura para compreender a importância do sistema eleitoral íntegro e coeso.

CONCLUSÃO

Diferente da crise das tulipas do século XVII (onde eram emitidos mais títulos de propriedade para tulipas do que eram plantadas efetivamente, sendo incapaz de suprir a liquidez do mercado), as criptomoedas apresentam uma base que pode ter uma estrutura mais segura, como é o caso da criptomoeda BITCOIN, sendo a pioneira para o mercado, a qual foi criada e desenvolvida com intuito de atender essa proposta de escassez controlada, com apenas 21 milhões de unidades disponíveis, sendo que hoje temos acesso a apenas 18 milhões deles, assim o sistema se torna escasso por natureza (por consequência, deflacionário), não permitindo a emissão de unidades infinitas, se tornando então o sistema ideal para utilização monetária mundial, tendo em vista sua estrutura *blockchain* que registra toda e qualquer movimentação das unidades, de forma que seja impossível alterar ou corromper a integridade de dados utilizados e gravados para realização da transação.

O futuro dos avanços tecnológicos já está batendo na porta para muitos setores nos últimos anos, e devemos aguardar o mesmo cenário para os avanços monetários e econômicos, com o desdobramento e quebra de paradigmas das criptomoedas no mundo financeiro, hoje Bancos centrais já estudam a criação de criptomoedas próprias para transpor o valor intrínseco aos papéis e moedas emitidas, facilitando o controle governamental sob seu povo, uma vez que todo seu dinheiro será transferido para o mundo digital (com suas cédulas monetárias sem mais valor algum), como é o caso do DREX moeda digital equivalente ao real, a qual está sendo desenvolvida pelo banco intergovernamental BRICS, dessa forma será possível que os países envolvidos possam ter um melhor controle de suas contas públicas, condicionando uma visão transparente dos gastos para seus povos.

Os arranjos institucionais são as formas pelas quais os países estabelecem acordos e realizam transações comerciais e financeiras. Os mecanismos de distribuição da moeda são definidos a partir das instituições criadas pelo sistema, o poder central (SOLOMON, 1976).

Concluisse por tanto, que os avanços do entendimento do conceito monetário e suas utilizações em mercados globalizados foram de fato aprimorados com o tempo, o que com o passar dos anos demonstrou de forma cada vez mais evidente a fragilidade sistêmica dos instrumentos monetários utilizados para o bom funcionamento do mercado,

principalmente com as crises que sempre colocam em “jogo” tudo o que a estrutura realmente comporta no atendimento da demanda (qual seu ponto de equilíbrio operacional), o qual é suprido de maneira um tanto quanto arcaica se pararmos para pensar nos avanços tecnológicos no mercado em geral, mesmo com todos os avanços feitos por todos os bancos internacionais (centrais e privados) com instrumentos como IFRS (*International Financial Reporting Standards*) para apoiar e facilitar nos processos de auditoria e compliance, se faz necessário o pontapé inicial para que seja dado o próximo passo para o setor se desenvolver com qualidade, para que realmente seja contemplada uma revolução tecnológica no âmbito financeiro e econômico, que transpareça para o público certa autonomia com os recursos advindos do suor de seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO**, Luiz. **O dólar e os desequilíbrios globais**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.25, n.3, p.224-232, jul-set/2005.
- BRESSER**, Luiz. **A crise financeira de 2008**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.29, n.1, p.133-149, jan-mar/2009.
- BULLIO**, Olivia. **A atuação do Fed antes e depois do estouro da bolha imobiliária**. PUC-SP, São Paulo, 2011.
- FIORI**, José. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana**. ECONSTOR, Brasília, 2011.
- HUBERMAN**, Leo. **A história da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- HUBERMAN**, Leo. **A história da riqueza do homem**. E Disciplinas, 1981.
Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6816990/mod_resource/content/1/Leo%20Huberman%20Historia%20da%20Riqueza%20Do%20Homem.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2023.
- MARX**, Karl. **O capital**. GEPEC. Disponível em:
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 2 de novembro de 2023.
- MARX**, Karl. **O capital**. 1. Ed. São Paulo: nova cultura, 1996.
- MATUSOW**, Allen. **Richard Nixon e a guerra fracassada contra o mundo comercial**. Oxford Academic, 2002. Disponível em:
<https://academic.oup.com/dh/article-abstract/27/5/767/484187?login=false>. Acesso em: 13 de abril de 2024.
- MENDES**, Livia. **Do Padrão Ouro a Bretton Woods: Algumas Considerações**. UnB, Brasília, 2005.
- RODRIGUES**, Gilberto. **Analisando a crise do subprime**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p.129-159, dez. 2008.
- SILVA**, Antônio. **O mercado de ouro no brasil**. FGV/EAESP. São Paulo, 1995.
- WANDERLEY**, Luiz. **Ouro como moeda, ouro como commodity**. Revista de economia política e história econômica, Rio de Janeiro, ago. 2015.
- YAMAHITA**, Roger. **O Sistema de Bretton Woods e o Desenvolvimento do Capitalismo na Era de Ouro**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.